

Diligência n.º 30/2025 - NOVACAP/PRES/NLC

Brasília-DF, 06 de junho de 2025.

À

CAPITAL COMÉRCIO DE COLCHÕES LTDA.

E-mail: capitalcolchoes2021@gmail.com

Ref.: Pregão Eletrônico nº 019/2025 - NLC/PRES. - Registro de Preços para a eventual aquisição de poltronas de auditório e poltronas de amamentação, destinadas ao uso institucional da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, Edital e seus anexos.

Lote 01.

Prezado Senhor,

Com base no disposto no subitem 6.16 do Edital, no Artigo 76 Inciso IX do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap, Acórdão 1211/2021 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, a diligência prevista na legislação deve ser utilizada para esclarecer dúvidas ou confirmar informações já constantes no processo, e não para suprir omissões absolutas ou incluir documentos essenciais não apresentados no prazo devido. O TCU destaca que, havendo dúvida razoável, a Administração deve privilegiar a obtenção da proposta mais vantajosa, resguardando sempre a isonomia entre os licitantes e Acórdão 988/2022 – TCU - (Relator Ministro Antonio Anastasia), na falta de documento relativo à fase de habilitação em pregão que consista em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, deve o pregoeiro conceder-lhe prazo razoável para o saneamento da falha, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999.

Dessa forma, informamos que foram identificadas pendências quanto à documentação exigida no edital do certame em referência, conforme o disposto na Análise Técnica n.º 1/2025 - NOVACAP/PRES/DS/DSP/DPAT - (172852038).

Assim, solicitamos que a referida empresa apresente no **prazo de 03 (três) dias úteis os esclarecimentos mencionados na Análise Técnica n.º 1/2025 - NOVACAP/PRES/DS/DSP/DPAT - (172852038) (em anexo) e as Declarações citadas nos Anexos IX e XI do Edital.**

Pedimos a confirmação de recebimento da presente diligência.

Colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos pelos números de telefone (061) 3403-2321 ou 3403-2322 ou e-mail: nlc@novacap.df.gov.br.

Juscelino Ferreira da Silva

- Pregoeiro -



Documento assinado eletronicamente por **JUSCELINO FERREIRA DA SILVA - Matr.0972768-X, Pregoeiro(a)**, em 06/06/2025, às 12:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **172929799** código CRC= **304B27B1**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br

00112-00005925/2025-73

Doc. SEI/GDF 172929799

1. Vieram os autos a esta Divisão por meio do Despacho – NOVACAP/PRES/DS/DSP (172457751) para análise da proposta de preços (172348920 e 172350331) e dos atestados técnicos (172348683, 172349326, 172349539 e 172349802), conforme o disposto no Edital e no Termo de Referência.

2. Diante disso, passamos à análise:

LOTE 01 - EMPRESA CAPITAL COMÉRCIO DE COLCHÕES LTDA	
ITEM 01	
SOLICITADO	ATENDIMENTO
22.3. O critério de qualificação técnica a ser atendido pelo fornecedor é a apresentação de Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre ter a empresa realizou o fornecimento dos materiais com características compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.	Atendido (172348683)
22.5.1. Apresentar certificado de laboratório acreditado pelo INMETRO com a norma NBR 15878:2010/2011 (edição mais recente); no certificado deverão estar identificados o fabricante e o modelo ofertado; também será aceito certificado equivalente emitido por organismo internacional de reconhecida e irrestrita competência e confiabilidade, com laboratório acreditado por terceiros, para os ensaios específicos para cadeiras; caso o laudo/certificado/relatório não esteja em português deverão ser acompanhados de tradução juramentada;	Foi apresentado certificado referente ao modelo POLTRONA DE AUDITÓRIO ESIBIRE. No certificado de conformidade consta FAMILIA ESIBIRE. Sugerimos diligências para verificar se o modelo POLTRONA DE AUDITÓRIO NANOBİ, faz parte da família ESIBIRE ou que apresente o certificado referente ao modelo POLTRONA DE AUDITÓRIO NANOBİ.
22.5.2. Apresentar Relatório NR 17 ou Laudo Técnico emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, atestando a conformidade com a Norma Regulamentadora NR 17 (ergonomia), em original ou cópia autenticada em cartório;	Foi apresentado certificado referente ao modelo POLTRONA DE AUDITÓRIO ESIBIRE. No certificado de conformidade consta FAMILIA ESIBIRE. Sugerimos diligências para verificar se o modelo POLTRONA DE AUDITÓRIO NANOBİ, faz parte da família ESIBIRE ou que apresente o certificado referente ao modelo POLTRONA DE AUDITÓRIO NANOBİ.

22.5.3. Apresentar laudo de conformidade com a NBR 8537/2015 emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO; (esta norma estabelece o método para determinação da densidade aparente de espumas flexíveis de poliuretano);	Foi apresentado certificado referente ao modelo POLTRONA DE AUDITÓRIO ESIBIRE. No certificado de conformidade consta FAMILIA ESIBIRE. Sugerimos diligências para verificar se o modelo POLTRONA DE AUDITÓRIO NANOBÍ, faz parte da família ESIBIRE ou que apresente o certificado referente ao modelo POLTRONA DE AUDITÓRIO NANOBÍ.
22.5.4. Laudo de conformidade emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de espuma isenta de CFC;	Não apresentou
22.5.5. Apresentar Catálogo ou desenho ilustrativo do respectivo item, com identificação de marca Linha/modelo;	Atendido (Link SEI nº 172348920)
22.5.6. Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do Fabricante do mobiliário comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;	Atendido (Link SEI nº 172348920)
22.5.7. Declaração de que a madeira compensada é isenta de rachaduras, e deterioração por fungos ou insetos para os itens que apresentem madeira em sua estrutura interna.	Não apresentou
ITEM 02	
SOLICITADO	ATENDIMENTO
22.3. O critério de qualificação técnica a ser atendido pelo fornecedor é a apresentação de Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre ter a empresa realizou o fornecimento dos materiais com características compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.	Atendido (172348683)

22.5.1. Apresentar certificado de laboratório acreditado pelo INMETRO com a norma NBR 15878:2010/2011 (edição mais recente); no certificado deverão estar identificados o fabricante e o modelo ofertado; também será aceito certificado equivalente emitido por organismo internacional de reconhecida e irrestrita competência e confiabilidade, com laboratório acreditado por terceiros, para os ensaios específicos para cadeiras; caso o laudo/certificado/relatório não esteja em português deverão ser acompanhados de tradução juramentada;	Atendido (Link SEI nº 172348920)
22.5.2. Apresentar Relatório NR 17 ou Laudo Técnico emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, atestando a conformidade com a Norma Regulamentadora NR 17 (ergonomia), em original ou cópia autenticada em cartório;	
22.5.3. Apresentar laudo de conformidade com a NBR 8537/2015 emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO; (esta norma estabelece o método para determinação da densidade aparente de espumas flexíveis de poliuretano);	
22.5.4. Laudo de conformidade emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de espuma isenta de CFC;	Não apresentou
22.5.5. Apresentar Catálogo ou desenho ilustrativo do respectivo item, com identificação de marca Linha/modelo;	Atendido (Link SEI nº 172348920)
22.5.6. Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do Fabricante do mobiliário comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;	Atendido (Link SEI nº 172348920)
22.5.7. Declaração de que a madeira compensada é isenta de rachaduras, e deterioração por fungos ou insetos para os itens que apresentem madeira em sua estrutura interna.	Não apresentou

LOTE 02 - NBX SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA

Documentação de Habilitação (172349326 - 172349539 - 172349802)

Proposta de Preços Adequada (172350331)

Em análise à documentação apresentada, especialmente no que tange à proposta de preços (172350331) e aos atestados técnicos (172349802), verifica-se que a empresa **atende integralmente aos requisitos estabelecidos no Edital (170167963) e no Termo de Referência (170004120).**

Diante disso, não há óbices à sua habilitação no presente lote, no tocante aos aspectos técnicos e formais analisados.

3. Solicitamos a realização de diligência junto à empresa **CAPITAL COMÉRCIO DE COLCHÕES LTDA**, a fim de que sejam apresentadas as correções indicadas, conforme análise realizada no quadro acima.

4. Ressaltamos que a presente diligência encontra amparo no Acórdão 988/2021, que dispõe que, na ausência de documento relativo à fase de habilitação em pregão, quando este consistir em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso firmado, deve o pregoeiro conceder prazo razoável para o saneamento da falha, em atenção aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao disposto no art. 2º, caput, da Lei nº 9.784/1999.

5. Ademais, conforme o Acórdão 1211/2021 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, a diligência prevista na legislação deve ser utilizada para esclarecer dúvidas ou confirmar informações já constantes no processo, e não para suprir omissões absolutas ou incluir documentos essenciais não apresentados no prazo devido. O TCU destaca que, havendo dúvida razoável, a Administração deve privilegiar a obtenção da proposta mais vantajosa, resguardando sempre a isonomia entre os licitantes.

6. Posto isso, restituímos os autos para a realização da diligência. Após o retorno, esta Divisão verificará se a empresa atendeu às solicitações, para, em seguida, proceder à análise das amostras.

Walber Rosa Ciqueira Filho

DPAT/DSP/DS



Documento assinado eletronicamente por **WALBER ROSA CIQUEIRA FILHO - Matr.0074857-9, Chefe da Divisão de Patrimônio**, em 06/06/2025, às 11:06, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador= 172852038](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=172852038) código CRC= 8377DBCC.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Site - www.novacap.df.gov.br